

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE
CNPJ/ME Nº 03.034.433/0001-56

ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE
2026, DE FORMA ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se, no formato híbrido, no Centro Executivo da Itaipu Binacional, localizado na Avenida Sílvio Américo Sasdelli, 800, Vila A, Foz do Iguaçu, a 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e contou com a participação de todos os Conselheiros titulares, bem como do Diretor-Presidente interino da CCEE, Ricardo Takemitsu Simabuku. Participaram, ainda, para assessoramento ao colegiado, Maria Madalena Porangaba, Gerente Executiva do Jurídico; Katia Franco, Gerente Executiva de Integridade Corporativa e Riscos; Poliana Ribeiro, Gerente Executiva de Governança e Relações Institucionais; e Everilda Borges, Gerente da Secretaria Geral de Governança. O Presidente deu início aos trabalhos, submetendo à apreciação do colegiado a seguinte Ordem do Dia:

1. Apresentação do relatório final do candidato ao cargo de Diretor e deliberação do tema para consequente agendamento da assembleia;
2. Apresentação de proposta do Painel Orçamentário e Estratégico 2027;
3. Aprovação do Orçamento dos Processos do Mercado Regulado;
4. Apresentação dos pontos de revisão do Estatuto Social;
5. Aprovação do cronograma de apresentação das políticas institucionais;
6. Deliberação acerca da aplicação da remuneração devida aos membros independentes do Comitê de Auditoria – COAUD;
7. Apresentação temas tratados no CMSE; e
8. Outros assuntos de interesse da associação.

Ato contínuo, os conselheiros apreciaram os itens apresentados acima e decidiram o seguinte:

(i) Relatório final do candidato ao cargo de Diretor e agendamento da Assembleia

Katia Franco, Gerente Executiva de Integridade Corporativa e Riscos, ressaltou que a análise de aderência aos requisitos estatutários, avaliação de perfil e assessment conduzidos por consultoria especializada havia sido realizada e, de posse da documentação, os Conselheiros registraram que o relatório passou a contemplar maior objetividade em atendimento às solicitações formuladas em reunião anterior. Houve reconhecimento da qualificação profissional da candidata, bem como destaque para oportunidades de desenvolvimento relacionadas ao aprofundamento de competências técnicas específicas da área de tecnologia. Em seguida, o colegiado deliberou sobre o encaminhamento da indicação para apreciação dos Associados. Após as manifestações, os Conselheiros **aprovaram, por maioria**, o encaminhamento da candidatura para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, registrando-se a abstenção fundamentada do conselheiro Rodrigo Ferreira, em considerações relacionadas ao processo de seleção adotado, sem objeções

em relação à qualificação da candidata. Foi ainda autorizada a convocação da Assembleia Geral Extraordinária para realização da eleição.

Em tempo, registra-se a abstenção do conselheiro Rodrigo Ferreira: *“Reconheço a formação acadêmica e capacidade técnica da candidata Elisa Bastos, reconhecendo ainda as relevantes contribuições dadas por ela ao setor elétrico, seja no MME, Aneel e, mais recentemente, no ONS. Entendo ser uma candidata apta para ocupar, inclusive, a vaga de CEO da CCEE. Contudo, entendo que o processo de avaliação de candidatos pelo Conselho não foi adequadamente realizado e, por isso, não me sinto preparado para deliberar. Tenho manifestado em reuniões passadas, inclusive com registro em ata, que o Conselho deveria demandar a contratação de empresa especializada no recrutamento de executivos para nos apresentar pelo menos quatro candidatos aptos à vaga. Com isso, indicá-íamos à AG um dos candidatos apresentados. Exatamente como feito para as vagas de membros do Comitê de Auditoria. Como não posso rejeitar a candidata Elisa, pela sua qualificação e respeito que tenho por ela, e considerando que não considero o processo concluído, vou me abster de votar.”*

(ii) Painel Orçamentário e Estratégico 2027

O Diretor-Presidente interino da CCEE, Ricardo Takemitsu Simabuku, apresentou o painel orçamentário e estratégico para o exercício de 2027. Durante os debates, os Conselheiros manifestaram a necessidade de aprofundamento das informações apresentadas, especialmente quanto às premissas utilizadas na construção do orçamento ordinário. Foi ressaltado que a comparação entre exercícios deve considerar como referência o realizado de 2026, e não apenas o orçamento aprovado para aquele ano, de forma a permitir uma avaliação mais precisa da evolução dos gastos. Também foi solicitada maior abertura das principais variações entre 2026 e 2027, com a identificação das rubricas que apresentam aumento ou redução e os respectivos impactos financeiros. O Conselheiro Gustavo Checcucci observou que, embora o material evidencie determinados acréscimos orçamentários, ainda não apresenta indicadores suficientes para avaliar adequadamente a justificativa dessas variações. Destacou que o crescimento da CCEE deve ser acompanhado pela demonstração de ganhos de eficiência para os associados, reiterando solicitação já formulada em reunião anterior. Ricardo Takemitsu Simabuku informou que, ao longo das reuniões preparatórias, serão apresentadas versões atualizadas do orçamento ordinário com maior grau de detalhamento e abertura das informações solicitadas pelo colegiado. O Conselheiro Gustavo Checcucci registrou que, na forma atual, o material ainda não oferece elementos suficientes para proporcionar conforto à deliberação prevista para 21 de outubro de 2026, motivo pelo qual sugeriu a evolução substancial da proposta antes de sua apreciação final. Por sugestão do Presidente, ficou acordada a realização de Reunião Extraordinária a ser realizada em 30 de setembro, para apresentação prévia do material revisado ao Conselho antes da referida data.

(iii) Aprovação do orçamento dos processos do mercado regulado

Tiago Hayashida, Gerente Executivo de Pessoas e Finanças da CCEE, apresentou a proposta orçamentária referente aos processos do mercado regulado executados pela Câmara, abrangendo as operações vinculadas à CDE, CCC, RGR, CONER, CONCAP, Bandeiras Tarifárias, Angra e demais processos regulados submetidos à aprovação da ANEEL. Durante a apresentação, foi esclarecido que os valores correspondem a estimativas dos custos administrativos e

operacionais incorridos pela CCEE na execução desses processos, os quais são posteriormente ressarcidos nos termos dos mecanismos regulatórios aplicáveis. Foi esclarecido que a aprovação da proposta orçamentária dos processos do mercado regulado constitui competência do Conselho de Administração, em atendimento às exigências regulatórias aplicáveis, enquanto o CAFT atua especificamente nas hipóteses relacionadas a novas atividades ou obrigações atribuídas à CCEE por determinação legal ou regulatória. Prestados os esclarecimentos e sanadas as dúvidas dos Conselheiros acerca das principais variações projetadas entre os processos regulados, a matéria foi submetida à deliberação do colegiado, que **aprovou, por unanimidade**, o orçamento dos processos do mercado regulado para o exercício de 2027, autorizando seu encaminhamento às instâncias competentes e à ANEEL, na forma regulamentar aplicável.

(iv) Revisão do Estatuto Social

Foi registrado o entendimento de que o tema demandava análise mais aprofundada e que o prazo disponível entre a disponibilização da minuta consolidada e a realização da reunião não havia sido suficiente para a avaliação detalhada das alterações propostas. Diante disso, o colegiado concordou em não realizar a apreciação individual de todos os dispositivos naquela oportunidade, ficando acordado que os Conselheiros encaminharão suas contribuições até 30 de setembro de 2026, para posterior consolidação e discussão em reunião extraordinária específica a ser realizada em 07 de outubro de 2026.

(v) Cronograma de apresentação das políticas institucionais

Katia Franco, Gerente Executiva de Integridade Corporativa e Riscos, apresentou a proposta de cronograma para revisão e aprovação das políticas institucionais sob competência do Conselho de Administração. Durante os debates, os Conselheiros ressaltaram que o mês de outubro já concentraria discussões relevantes relacionadas ao orçamento e à revisão estatutária, recomendando cautela quanto à inclusão simultânea da apreciação de políticas institucionais. Nesse contexto, foi sugerida a postergação do cronograma originalmente proposto em um mês, de forma a assegurar maior profundidade na análise dos documentos e melhor distribuição da carga de trabalho do colegiado. Foi também solicitado que a Administração disponibilize previamente aos Conselheiros um compilado contendo todas as políticas atualmente vigentes, em formato consolidado, para conhecimento e familiarização prévia do colegiado. Após as discussões, o Conselho **aprovou, por unanimidade**, a postergação do cronograma em um mês em relação à proposta original, bem como a reorganização da agenda para apreciação de três políticas por reunião, com o objetivo de concluir o ciclo de análise e aprovação dos normativos até fevereiro de 2027.

(vi) Remuneração dos membros independentes do Comitê de Auditoria

Maria Madalena Porangaba, Gerente Executiva do Jurídico, apresentou ao Conselho proposta destinada a suprir lacuna normativa existente no Estatuto Social quanto à periodicidade da remuneração dos membros independentes do Comitê de Auditoria. A matéria foi fundamentada nos artigos 46 e 54 do Estatuto Social. Após análise da proposta, o Conselho **deliberou, por unanimidade**, nos termos dos arts. 46, §3º, e 54 do Estatuto Social, que a remuneração dos membros independentes do COAUD será mensal, no valor correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração do Diretor-Presidente, não estando condicionada à realização ou participação

em reuniões ordinárias do Comitê, considerando que as atribuições dos membros independentes compreendem, também, a análise de documentos e matérias submetidas ao COAUD e o reporte de suas conclusões ao Conselho de Administração, inclusive nos meses em que não houver reunião ordinária.

(vii) Apresentação temas tratados no CMSE

Inicialmente, ficou registrado que o espaço anteriormente destinado aos informes do CMSE passará a ser tratado como seção de **Informes Gerais**, destinada à atualização do Conselho sobre temas relevantes, estratégicos e institucionais relacionados ao setor elétrico e à atuação da CCEE. Na sequência, o Diretor-Presidente interino da CCEE, Ricardo Takemitsu Simabuku, apresentou os temas constantes do material disponibilizado ao colegiado. Os Conselheiros solicitaram que os próximos materiais sobre o tema passem a contemplar não apenas o diagnóstico da inadimplência, mas também as ações atualmente em curso para o seu tratamento, assim como eventuais propostas e medidas adicionais em avaliação para enfrentamento da matéria.

(viii) Outros assuntos de interesse da associação

1) **Informes institucionais recorrentes:** Foi solicitada a criação do espaço permanente de “Informes Gerais” na pauta das reuniões do Conselho, destinado à atualização periódica sobre temas setoriais, regulatórios e institucionais considerados estratégicos para a atuação da CCEE.

2) **Avaliação de Fóruns Temáticos e Estrutura de Atuação do Conselho:** Foi discutida a possibilidade de criação de fóruns, grupos de trabalho ou comitês temáticos vinculados ao Conselho para aprofundamento de temas estratégicos específicos, incluindo tecnologia, inovação, mercado e governança. Os Conselheiros ressaltaram a importância de aproveitar a experiência dos membros do colegiado, observadas as limitações inerentes ao modelo de governança e à necessária segregação de atribuições. Ricardo Takemitsu Simabuku ficou responsável por apresentar proposta sobre o tema para apreciação futura do colegiado.

3) **Assembleia Geral Extraordinária de 25/09:** O Presidente do Conselho, Alexandre Ramos Peixoto, ressaltou a realização da Assembleia Geral Extraordinária agendada para 25 de setembro de 2026, cuja pauta compreenderá a eleição de Diretor, a eleição de suplente do Conselho de Administração e a eleição de três suplentes do Conselho Fiscal. Também destacou que a documentação pertinente será disponibilizada aos associados nos prazos regulamentares e reforçou a importância da observância dos ritos de governança aplicáveis ao processo eleitoral.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata para assinatura dos Conselheiros presentes.



São Paulo, 16 de setembro de 2026.

Alexandre Ramos Peixoto
Presidente

Olavo Bilac Pinto Neto
Vice-Presidente

Arthur Cerqueira Valério
Conselheiro

Carlos Eduardo Zarzur
Conselheiro

Italo Tadeu de Carvalho Freitas
Conselheiro

Ricardo Lavorado Tili
Conselheiro

Rodrigo Figueiredo Ferreira
Conselheiro

Gustavo Sousa Checcucci
Conselheiro